Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA DO GÓES SOBRE A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL CABEÇA DO DRAGÃO, GUARUJÁ, SÃO PAULO

THE PERCEPTION OF THE CAIÇARA COMMUNITY FROM GÓES BEACH ABOUT THE CREATION OF CABEÇA DO DRAGÃO ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA FROM GUARUJÁ, SÃO PAULO

Ingrid Fernandes dos Santos Queiroz, Milena Ramires

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Ciências Biológicas, curso de Bacharelado em Ciências Biológicas
E-mail para contato: ingrid.queiroz.bio@gmail.com

RESUMO – A criação de unidades de conservação implica na relação entre comunidades tradicionais e seus territórios, tornando essencial compreender os conhecimentos locais. Este estudo analisou a percepção da comunidade caiçara da Praia do Góes sobre a criação da APA Cabeça do Dragão, Guarujá (SP). A pesquisa, quali-quantitativa e fundamentada na etnobiologia e etnoecologia, contou com 16 entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados demonstraram conhecimento sobre unidades de conservação, mas relataram ausência de participação no processo de criação da APA. A percepção foi favorável, porém acompanhada de preocupações com pesca, turismo, acesso e permanência no território. Os achados evidenciam a importância do conhecimento ecológico local para subsidiar uma gestão participativa.

Palavras-chave: Percepção ambiental; Comunidade caiçara; Unidades de Conservação; Gestão participativa; Etnobiologia.

ABSTRACT – The creation of protected areas affects the relationship between traditional communities and their territories, making it essential to understand local knowledge. This study analyzed the perception of the caiçara community of Góes Beach regarding the creation of the Cabeça do Dragão Municipal Environmental Protection Area (APA), Guarujá (SP). The research, qualitative-quantitative and grounded in ethnobiology and ethnoecology, included 16 semi-structured interviews. Interviewees demonstrated knowledge about protected areas, but reported a lack of participation in the APA creation process. Perception was favorable, though accompanied by concerns regarding fishing, tourism, access, and territorial permanence. The findings highlight the importance of local ecological knowledge to support participatory management.

Keywords: Environmental perception; Caiçara community; Protected areas; Participatory management; Ethnobiology.

ISSN 2317-1316

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UCs), instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000), constituem importantes instrumentos para a conservação da biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 2000). Entre as categorias de Uso Sustentável, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) destacam-se por permitirem a conservação ambiental em territórios onde permanecem populações humanas e diferentes formas de uso dos recursos naturais (Brasil, 2000). Nesse contexto, a participação das populações locais e o reconhecimento de suas relações históricas, culturais e ambientais com o território são aspectos relevantes para a construção de processos de gestão que considerem as especificidades socioambientais dessas áreas (Flores *et al*., 2022; Teixeira *et al*., 2022).

No município de Guarujá, litoral do estado de São Paulo, a criação da APA Municipal Cabeça do Dragão, por meio do Decreto Municipal nº 16.412/2024, inseriu uma nova unidade de conservação no contexto territorial do município, que já possui outras áreas protegidas, entre elas as APAs Serra do Guararu e Serra de Santo Amaro. A nova unidade abrange a região da Praia do Góes, onde está inserida uma comunidade caiçara e o Fortim da Praia do Góes, bem cultural reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1979). A sobreposição entre instrumentos de conservação ambiental, formas tradicionais de ocupação e diferentes usos do território torna relevante compreender como os moradores percebem a criação da unidade e suas possíveis implicações para o modo de vida local.

Nesse cenário, o Conhecimento Ecológico Local (CEL) constitui uma dimensão relevante para a compreensão das relações estabelecidas entre as comunidades tradicionais e o ambiente. Esse conhecimento é construído a partir das experiências, práticas e observações desenvolvidas ao longo da relação histórica com o território e com os recursos naturais (Gadgil *et al*., 1993). Entre comunidades caiçaras, conhecimentos relacionados à conservação, ao uso dos recursos e às transformações ambientais podem apresentar significados próprios, que nem sempre correspondem às concepções presentes na gestão formal das áreas protegidas (Peterson; Hanazaki; Berkes, 2020). Assim, considerar o CEL permite ampliar a compreensão sobre as percepções comunitárias acerca de processos de conservação e sobre as expectativas relacionadas às mudanças na gestão territorial.

ISSN 2317-1316

A criação de uma unidade de conservação em território ocupado por população tradicional também torna relevante compreender o acesso da comunidade às informações sobre a unidade e aos instrumentos de gestão. O conhecimento sobre a existência da UC, sua categoria, o conselho gestor e o plano de manejo não implica, necessariamente, participação direta nos processos de criação e gestão. Estudos realizados em diferentes áreas protegidas brasileiras demonstram que a participação social e a governança constituem desafios importantes para a inclusão efetiva das populações locais na gestão territorial (Souza *et al*., 2022; Ferreira *et al*., 2021).

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a percepção da comunidade caiçara da Praia do Góes em relação à criação da APA Municipal Cabeça do Dragão, em Guarujá (SP). Especificamente, buscou-se investigar o conhecimento dos moradores sobre Unidades de Conservação e sobre instrumentos de gestão, como conselho gestor e plano de manejo; identificar os relatos de participação no processo de criação da APA; caracterizar as percepções dos entrevistados acerca da criação da unidade; e analisar suas expectativas relacionadas à conservação da cultura caiçara, às atividades cotidianas e à permanência no território.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, com abordagem quali-quantitativa, que investigou a percepção da comunidade caiçara da Praia do Góes, localizada no município de Guarujá, litoral do estado de São Paulo, sobre a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Cabeça do Dragão, instituída pelo Decreto Municipal nº 16.412/2024. A pesquisa foi fundamentada nos princípios da etnobiologia e da etnoecologia, considerando a relação entre a comunidade, o ambiente natural e o conhecimento ecológico local. A abordagem segue procedimentos usuais de pesquisa etnobiológica e etnoecológica, que articulam métodos de coleta e interpretação adequados ao contexto sociocultural investigado (Ulysses Paulino de Albuquerque *et al*., 2021).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores adultos da comunidade, sendo um representante por família. A seleção inicial ocorreu por amostragem não probabilística por conveniência e em cadeia (*snowball*): foram abordadas

ISSN 2317-1316

pessoas presentes na praia durante os dias de campo, que indicaram outros moradores que poderiam participar da pesquisa. Diante da baixa adesão, a coleta foi complementada por abordagem porta a porta, com o percurso por diferentes alamedas da comunidade, observando residências que aparentavam estar habitadas, considerando a presença de numerosos imóveis aparentemente abandonados e totalmente fechados. Os moradores encontrados foram convidados voluntariamente a participar da pesquisa. A coleta foi encerrada após a realização de 16 entrevistas, considerando a saturação dos dados.

O roteiro contemplou informações sociodemográficas e atividades dos participantes, além de questões sobre o conhecimento de Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Ambiental; as diferenças entre conservação, preservação e proteção; o Conselho Gestor e o Plano de Manejo; o conhecimento sobre a inserção da comunidade na APA; a participação em oficinas ou audiências públicas; e as percepções sobre possíveis efeitos da unidade nas atividades cotidianas, na cultura caiçara e na permanência territorial. As entrevistas foram gravadas em áudio mediante consentimento, transcritas integralmente e complementadas por anotações de campo.

A análise combinou procedimentos quantitativos e qualitativos. As respostas passíveis de classificação foram organizadas em planilha eletrônica e submetidas à análise descritiva, com contagem das respostas e cálculo de frequências absolutas e relativas. Os percentuais foram calculados sobre o total de 16 participantes, respeitando-se as particularidades de cada questão.

A análise qualitativa tomou como referência os procedimentos de análise de conteúdo descritos por Bardin (2016), compreendendo pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Após a leitura integral das transcrições e das anotações de campo, foram identificadas unidades de sentido e agrupados conteúdos relacionados aos objetivos do estudo. A organização temática contemplou: conhecimento sobre a APA e seus instrumentos de gestão; participação e acesso à informação; percepções sobre conservação e efeitos esperados da unidade; transformações socioambientais e permanência territorial; e continuidade das práticas e dos conhecimentos tradicionais. Também foram consideradas convergências e diferenças entre os relatos, sem presumir que percepções semelhantes tivessem necessariamente as mesmas causas.

Na interpretação, os temas qualitativos foram examinados em articulação com as frequências descritivas e com a literatura pertinente. As falas foram tratadas como percepções

ISSN 2317-1316

dos participantes, e não como comprovação independente de relações causais ambientais ou como representação automática de toda a comunidade. A análise do Conhecimento Ecológico Local considerou especialmente os relatos sobre práticas relacionadas ao ambiente e as percepções de enfraquecimento da transmissão de saberes tradicionais, reconhecendo que o material não permite caracterizar de forma abrangente todo o repertório de conhecimentos existente na comunidade.

A pesquisa atendeu aos preceitos éticos aplicáveis, em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012 e nº 510/2016, e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Santa Cecília (UNISANTA), sob o CAAE nº 93181125.1.0000.5513. A participação ocorreu mediante aceite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo-se o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações obtidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade caiçara da Praia do Góes. Os resultados foram analisados por meio de frequências descritivas e análise de conteúdo, considerando o conhecimento sobre a APA e seus instrumentos de gestão, a participação comunitária, as percepções sobre a unidade, as transformações socioambientais e a continuidade dos conhecimentos tradicionais.

Em relação ao conceito de Unidade de Conservação (UC), 10 entrevistados (62,5%) afirmaram conhecê-lo, enquanto 6 (37,5%) não. Sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), 12 (75%) declararam conhecer o conceito, 3 (18,75%) não o conheciam e 1 (6,25%) apresentou conhecimento parcial. Quanto à distinção entre conservação, preservação e proteção ambiental, 9 (56,25%) afirmaram conhecer esses conceitos e 7 (43,75%) não souberam diferenciá-los. O conhecimento declarado foi menor em relação aos instrumentos de gestão: 7 participantes (43,75%) afirmaram saber o que é um Conselho Gestor, enquanto 9 (56,25%) não sabiam; sobre o Plano de Manejo, 6 (37,5%) declararam conhecê-lo, 9 (56,25%) não souberam responder e 1 (6,25%) já havia ouvido falar, mas não soube explicar sua função. Embora 11 entrevistados (68,75%) soubessem que a comunidade estava inserida em uma UC, os resultados indicam lacunas no conhecimento sobre os mecanismos de gestão. Em contrapartida, todos declararam

ISSN 2317-1316

conhecer o reconhecimento de parte do território como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), especialmente o Fortim da Praia do Góes.

Nenhum dos 16 participantes relatou ter participado de oficinas ou audiências públicas anteriores à criação da APA Municipal Cabeça do Dragão. Também foram identificadas dúvidas sobre a realização desses encontros e sobre a existência e a função do Conselho Gestor da unidade. Embora o edital municipal de composição do conselho previsse representação da região da Praia do Góes (Guarujá, 2025), a previsão formal de representação não garante, por si só, o conhecimento ou o envolvimento dos moradores nos processos decisórios. Esse resultado dialoga com Souza *et al*. (2022) e Conti e Antunes (2012), que discutem desafios de inclusão social e participação na gestão de áreas protegidas. Ressalta-se, contudo, que esta pesquisa não avaliou todos os canais de comunicação institucional, não sendo possível concluir que não houve divulgação pública. Os dados evidenciam a ausência de participação relatada pelos entrevistados e reforçam a importância de ampliar o acesso à informação e as oportunidades de diálogo com a comunidade.

Quanto à criação da APA, 10 participantes (62,5%) manifestaram posicionamento favorável, 4 (25%) foram indiferentes e 2 (12,5%) apresentaram posicionamento negativo ou parcialmente negativo. As manifestações favoráveis estiveram associadas principalmente à expectativa de proteção ambiental e de melhorias para a comunidade. Entretanto, as respostas sobre a contribuição da unidade para a cultura caiçara foram heterogêneas: enquanto alguns entrevistados esperavam benefícios para a pesca artesanal e os costumes locais, outros não identificavam contribuição direta da APA ou destacavam o papel da própria comunidade na continuidade cultural. Peterson, Hanazaki e Berkes (2020) demonstram que os significados atribuídos à conservação por comunidades caiçaras estão relacionados às experiências e às relações estabelecidas com a paisagem. Assim, a avaliação favorável da unidade não implica concordância irrestrita com todas as medidas de gestão, nem garante, isoladamente, a continuidade dos modos de vida tradicionais.

Sobre possíveis mudanças nas atividades cotidianas, 10 participantes (62,5%) não esperavam interferências, 5 (31,25%) consideravam que poderiam ocorrer mudanças e 1 (6,25%) apresentou posição neutra. Entre as preocupações relatadas estavam possíveis alterações na regulamentação da pesca artesanal, no acesso por píer e trilha terrestre, nas atividades turísticas e na permanência territorial. Marcondes e Raimundo (2019) e Sinay *et al*.

ISSN 2317-1316

(2019) oferecem referências para discutir as relações entre turismo, áreas protegidas e continuidade cultural de comunidades tradicionais, embora seus estudos não permitam prever efeitos específicos na APA Cabeça do Dragão. Alguns entrevistados também manifestaram receio de perder suas moradias em razão das condições de risco associadas ao morro e de possíveis intervenções da Defesa Civil. Essa preocupação deve ser distinguida dos efeitos da criação da APA, pois os dados não demonstram que a unidade provocará remoções ou perda de moradias.

Os participantes também relataram transformações socioambientais e socioeconômicas anteriores à criação da APA, incluindo alterações na dinâmica da praia associadas, segundo suas percepções, à dragagem e à expansão portuária, avanço do mar sobre áreas residenciais, saída de moradores antigos, migração de jovens em busca de trabalho, redução do número de pescadores artesanais e dificuldades para obter licença de pesca. Macedo e Lopes (2023) oferecem referência contextual sobre o uso e a ocupação do solo na Praia do Góes, enquanto Freitas e Rodrigues (2015) e Euzebio (2024) discutem transformações socioambientais relacionadas à pesca artesanal na Baía de Sepetiba. Esses estudos contribuem para contextualizar as preocupações relatadas, mas não comprovam as causas das mudanças percebidas na área investigada. Da mesma forma, Ferreira *et al*. (2021) demonstram a relevância do Conhecimento Ecológico Local para o manejo pesqueiro, aspecto pertinente à realidade da comunidade, na qual a pesca aparece tanto como prática tradicional quanto como fonte de preocupação diante das possíveis mudanças na gestão territorial. Em conjunto, os relatos indicam que as expectativas sobre a APA são construídas em um contexto de transformações preexistentes, envolvendo condições materiais de vida, atividades econômicas e relações históricas com o território.

A análise qualitativa identificou ainda preocupações com a continuidade das práticas e dos conhecimentos tradicionais. Ao menos cinco participantes apresentaram percepções convergentes sobre o enfraquecimento da transmissão desses saberes, relacionando-o à saída de moradores, às mudanças nas atividades pesqueiras e à busca de trabalho pelos jovens fora da comunidade. Um morador idoso relatou a redução de conhecimentos relacionados a plantas e ervas e a ausência de curandeiras e parteiras, afirmando: “[...] o conhecimento se perdeu demais, os jovens já não se interessam mais pela nossa cultura, não se vê mais curandeiras, parteiras, como antigamente [...]”. A fala expressa a percepção do entrevistado sobre a

ISSN 2317-1316

continuidade cultural e a transmissão intergeracional dos conhecimentos. Gadgil, Berkes e Folke (1993) discutem a relevância dos conhecimentos tradicionais para a conservação da biodiversidade; Ferreira *et al*. (2021) e Arruda *et al*. (2018) também evidenciam a importância dos saberes locais nas relações entre comunidades e recursos naturais. Entretanto, os dados desta pesquisa não permitem caracterizar integralmente o repertório de Conhecimento Ecológico Local da comunidade nem atribuir à criação da APA o enfraquecimento da transmissão desses saberes. As explicações dos participantes estavam relacionadas principalmente às transformações sociais e econômicas percebidas no território.

Em síntese, a percepção dos entrevistados sobre a criação da APA foi predominantemente favorável, mas acompanhada de dúvidas sobre seus possíveis efeitos e de lacunas no conhecimento sobre os instrumentos de gestão. A ausência de participação relatada em oficinas e audiências públicas, somada às preocupações com pesca, acesso, permanência territorial e continuidade cultural, evidencia a importância de considerar as experiências e os conhecimentos dos moradores na implementação da unidade. Por se tratar de um estudo exploratório, com amostragem não probabilística, os resultados se restringem aos 16 participantes e não devem ser generalizados para toda a comunidade. Ainda assim, oferecem subsídios para ações de comunicação, participação social e valorização do Conhecimento Ecológico Local.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa atingiu o objetivo de analisar a percepção de 16 moradores da Praia do Góes sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Municipal Cabeça do Dragão. Os resultados indicaram uma percepção predominantemente favorável à criação da unidade de conservação, acompanhada de lacunas no conhecimento sobre seus instrumentos de gestão e da ausência de participação relatada pelos entrevistados em oficinas e audiências públicas anteriores à sua criação. Também foram identificadas preocupações relacionadas à pesca artesanal, ao turismo, ao acesso, à permanência territorial e à continuidade das práticas e dos conhecimentos tradicionais caiçaras. Os relatos evidenciaram uma diferença entre a previsão formal de mecanismos participativos e o conhecimento dos participantes sobre a existência e a função desses mecanismos. Além disso, as entrevistas apontaram preocupações com a transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais, sem que os dados permitam atribuir sua perda

ISSN 2317-1316

diretamente à criação da APA. Por se tratar de um estudo exploratório, com amostragem não probabilística, os resultados estão restritos aos participantes entrevistados e não podem ser generalizados para toda a comunidade. Como desdobramento, prevê-se apresentar os achados ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) de Guarujá, com o propósito de compartilhar as percepções registradas e contribuir para o debate sobre divulgação de informações, participação social e valorização do conhecimento local na implementação da APA.

A autora agradece aos moradores da Praia do Góes pela disponibilidade em compartilhar suas experiências e conhecimentos, à Secretaria de Meio Ambiente e Segurança Climática de Guarujá, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à família e sobretudo, à orientadora, Prof.ª Dr.ªMilena Ramires, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração desta pesquisa, utilizou-se as ferramentas Gemini e Chat GPT para suporte à estruturação textual dos tópicos do trabalho e à correção gramatical de sua escrita. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pela autora e orientadora, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA FLORES, Maria do Socorro; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; TEIXEIRA, Carla Noura; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Reconhecimento jurídico, direitos territoriais e governança ambiental: apontamentos histórico-jurídicos sobre povos originários, comunidades e populações tradicionais. Revista Inclusiones, v. 9, número especial, p. 58–87, 2022. Disponível em: https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/3196. Acesso em: 15 out. 2026.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega (ed.). Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia. 1. ed. Recife: NUPEEA, 2021.

ARRUDA, Joari Costa de; SILVA, Carolina Joana da; SANDER, Nilo Leal; PULIDO, María Teresa. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.

ISSN 2317-1316

Ciências Humanas, Belém, v. 13, n. 2, p. 315–329, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1981.81222018000200004.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

CONTI, Bruna Rânção; ANTUNES, Diogo de Carvalho. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). Interações, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 213–223, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1518-70122012000200008.

EUZEBIO, Rodrigo Corrêa. Impactos socioambientais na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil: desenvolvimento e restrição do território dos pescadores artesanais. Geografares, Vitória, v. 4, n. 38, p. 167–183, 2024. DOI: https://doi.org/10.47456/geo.v4i38.44815.

FERREIRA, Lizandro Rogério de Paula; ADAMI, Fabiola Andrea Chofard; OLIVEIRA, Patrícia de; BARRELLA, Walter; ROTUNDO, Matheus Marcos; RAMIRES, Milena. Contribuições do conhecimento ecológico local para o ordenamento da pesca esportiva e conservação de robalos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una, Peruíbe/SP. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 58, 2021. DOI: https://doi.org/10.5380/dma.v58i0.77339.

FREITAS, Marcelo Bessa de; RODRIGUES, Silvio Cesar Alves. Determinantes sociais da saúde no processo de trabalho da pesca artesanal na Baía de Sepetiba, estado do Rio de Janeiro. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 753–764, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902015126063.

ISSN 2317-1316

GADGIL, Madhav; BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. Indigenous knowledge for biodiversity conservation. Ambio, v. 22, n. 2/3, p. 151–156, 1993. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4314060. Acesso em: 15 out. 2026.

GUARUJÁ (Município). Decreto nº 16.412, de 13 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a criação de unidade de conservação de manejo sustentável na região sudoeste do Município de Guarujá denominada Área de Proteção Ambiental – APA Municipal da Cabeça do Dragão, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Guarujá, Guarujá, n. 5.545, 13 dez. 2024. Disponível em: https://www.guaruja.sp.gov.br/plataforma/wp-content/uploads/2024/12/13-1tpR88N4D2-2024.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

GUARUJÁ (Município). Edital de Chamamento Público nº 10/2025. Convocação e composição do Conselho Gestor Consultivo e Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Municipal da Cabeça do Dragão – biênio 2025/2027. Diário Oficial do Município de Guarujá, Guarujá, 9 maio 2025. Disponível em: https://www.guaruja.sp.gov.br/plataforma/wp-content/uploads/2025/05/09-0n4A48OvW5-2025.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

GUARUJÁ (Município). Em Guarujá, Fortaleza da Barra Grande atrai cerca de 9.500 visitantes. Guarujá, 2022. Disponível em: https://www.guaruja.sp.gov.br/em-guaruja-fortaleza-da-barra-grande-atrai-cerca-de-9-500-visitantes. Acesso em: 15 out. 2026.

MACEDO, Beatriz Nina Murari de; LOPES, Suellyn Farias Aide. Impacto ambiental e uso e ocupação do solo em áreas com potencial turístico: um estudo de caso da Praia do Góes, no município de Guarujá – SP. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) – Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2023. Disponível em: http://dspace.unisa.br/handle/123456789/2992. Acesso em: 15 out. 2026.

MARCONDES, Daniella; RAIMUNDO, Sidnei. Povos tradicionais e turismo: o TAUS como instrumento para gestão de conflitos? Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 22, e00351, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc201800351vu2019L3AO. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/zzKQjCyTtWnrg5pHbF4kJSv/. Acesso em: 15 out. 2026.

PETERSON, Debora; HANAZAKI, Natalia; BERKES, Fikret. Do we all speak the same language when talking conservation? Caiçara understandings of conservation in their landscape. Conservation & Society, v. 18, n. 3, p. 238–251, 2020. DOI: https://doi.org/10.4103/cs.cs_18_123. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26937765. Acesso em: 15 out. 2026.

SILVA TEIXEIRA, Débora Luisa et al. Bioma Mata Atlântica: análise temporal da pressão antrópica em unidade de conservação de proteção integral e seu entorno. ENTRE-LUGAR, v. 13, n. 26, p. 61–90, 2022. DOI: https://doi.org/10.30612/rel.v13i26.16438. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/16438. Acesso em: 15 out. 2026.

SINAY, Laura; SINAY, Maria Cristina Fogliatti de; CARTER, Rodney William; PASSOS, Fábio Vinícius de Araújo. Povos tradicionais, áreas protegidas e turismo: um estudo de caso brasileiro de 15 anos de mudança cultural. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 22, e00704,

ISSN 2317-1316

2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0070r4vu19L1AO. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/BtKwS9QwWrRgfFWNh53xBQt/. Acesso em: 15 out. 2026.

SOUZA, Carolina Neves; BARROS, Evelynne Letícia S. F. C. de; DANTAS, Inaê Farias V.; BRAGAGNOLO, Chiara; MALHADO, Ana Cláudia M.; SELVA, Vanice F. Inclusão social e governança no Conselho gestor da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 25, e00741, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210074r1vu2022L3AO. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/DHscGNphKWdGxdQjy8sNXrd/. Acesso em: 15 out. 2026.